



Número: **0811192-96.2020.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **25ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **24/03/2020**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
WANDERLEY DE OLIVEIRA LIMA (AUTOR)		KIOMA ERIK DOS SANTOS GUILHERME (ADVOGADO) KELLEN DOS SANTOS GUILHERME (ADVOGADO)	
MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A. (RÉU)			
URAI DE OLIVEIRA (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
54556 947	24/03/2020 14:57	<a href="#">EXORDIAL</a>	Outros documentos

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE  
DIREITO DE UMA DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DA  
CAPITAL.**

**WANDERLEY DE OLIVEIRA LIMA**, Brasileiro, Solteiro, autônomo, portador da carteira de identidade, nº 002.701.876, e cadastrado no CPF/MF sob o nº 081.446.704-00, residente e domiciliado na TRV Abreulândia, Planalto, nº 1-3, Natal/RN vem por intermédio de seu advogado infra-assinado, propor a presente ação.

**DEMANDA DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT POR  
NEGATIVA DE PAGAMENTO NA ESFERA ADMINISTRATIVA  
PELO PROCEDIMENTO ORDINÁRIO**

Em face de, **MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.** Pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à Avenida Jaguarari, 1865, Lagoa Nova, Natal, RN, CEP 59054-500, CNPJ nº 610741750001-38, pelos fatos e fundamentos jurídicos que a seguir passa a narrativa:

**PREFACIALMENTE:  
DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA**

Inicialmente afirma a Autor, sob as penas da Lei e de acordo com o art. 4º da Lei nº. 1.060/50 e seu parágrafo 1º, com a redação que lhe deu a Lei nº. 7.510/86, que é pessoa juridicamente necessitada e que, em



consequência, não tem, condições de arcar com os dispêndios da presente demanda sem prejuízo de seu sustento e de sua família, o que enseja o benefício da gratuidade de justiça.

## **DAS PUBLICAÇÕES NO DIÁRIO OFICIAL E DAS INTIMAÇÕES**

Requer o Autor, que todas as publicações na Imprensa Oficial sejam feitas **em nome do advogado Dr. Kioma Erik dos Santos Guilherme, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RN sob o nº. 14.340-RN**, bem como para fins do artigo 39, inciso I do CPC, que todas as futuras intimações sejam remetidas para o endereço profissional, vale dizer, Av. Tenente Cordeiro, nº 431, Boa Esperança, PARNAMIRIM-RN, CEP 59.140-6010. Tels. (84) 3272-0721, (84) 99476-6818, E-mails; [kioma\\_guilherme@hotmail.com](mailto:kioma_guilherme@hotmail.com); sob pena de nulidade processual por cerceamento de defesa.

### **1 – DOS FATOS**

Consoante comprova a inclusa documentação, no **dia 06 de Maio de 2017**, o Autor foi vítima de acidente automobilístico, e em virtude do **POLITRAUMATISMO SOFRIDO** e da gravidade dos ferimentos nos, **Membros inferiores**, **Sofreu incapacidade e debilidade permanente, conforme prontuário de internação do Hospital Deoclécio Marques de Lucena.**

### **2- DO PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO**

O Autor postulou administrativamente o pagamento do Seguro DPVAT comprovando junto a Ré o sinistro sofrido e as lesões que lhe causaram debilidade permanente. Mesmo diante de todas as provas documentais e testemunhais que comprovam os fatos alegados pelo autor a Demandada negou-lhe o pagamento no âmbito administrativo.



### **3 – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

Pretende o requerente a indenização decorrente de acidente automobilístico referente ao seguro DPVAT e que seja a ré condenada ao **PAGAMENTO** da indenização do Seguro Obrigatório, que **este respeitável juízo arbitre com base no laudo pericial definitivo que será produzido durante a instrução processual o justo valor de indenização devido a autora** na forma que preceitua os artigos 3º, alínea b e 5º parágrafo 1º alínea a, da Lei nº. 6.194/74.

### **4-DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO**

Considerando que a Ré tem a praxe de celebrar acordos somente após a realização de perícia médica capaz de atestar o grau do dano sofrido pelo autor.

O Demandante requer a Vossa Excelência a antecipação da prova pericial, com fundamento no art. 139, VI, do Código de Processo Civil a modo de adequar o procedimento às necessidade do conflito. **Após a realização da prova pericial requer a autora a designação da audiência de conciliação e mediação.**

### **5-DO VALOR DA CAUSA**

No caso em questão existe a inviabilidade de definir de pronto o exato valor da causa debatida, pois tal definição depende da perícia médica que será realizada no autor ao longo da instrução processual que quantificará com exatidão o valor que lhe devido pela parte ré em caráter de indenização; portanto como não se sabe ao certo a atribuição do valor que corresponde exatamente o proveito econômico almejado, mostra-se correto dar, à causa, **o valor de alçada.**



## **6- DO LAUDO QUE ATESTE A INVALIDEZ PERMANENTE**

A Documentação hospitalar acostada nos autos por si só já atesta as lesões sofrida pela autora, no entanto durante a instrução processual através da perícia médica que for designada por este respeitoso juízo se atestará com exatidão a invalidez permanente que acomete a autora.

## **7- DO PEDIDO**

Face ao exposto, requer o autor a Vossa Excelência, o deferimento da **GRATUIDADE DE JUSTIÇA**, aguardando a inteira **PROCEDÊNCIA** do pedido, com a condenação da ré, conforme abaixo:

- a) Citação da seguradora-ré, **POR VIA POSTAL**, pra se quiser responder aos termos da presente, sob pena de revelia e confissão, na forma do art.319 do Código de Processo Civil;
- b) Seja a ré condenada ao **PAGAMENTO** da indenização do Seguro Obrigatório – DPVAT, no valor **com base no laudo pericial definitivo que será produzido durante a instrução processual da indenização devida ao autor** na forma dos artigos 3º, alínea **h** e 5º parágrafo 1º alínea a, da Lei nº. 6.194/74;
- c) Pagamento de juros, a partir da data do acidente, correção monetária onde couberem, além de honorários advocatícios no valor de 20% **com base no valor a ser definido no laudo pericial**, custas judiciais e taxa judiciária.
- d) Solicita o autor caso V. Exa. Julgue necessário, designe o **EXPERT** para proceder o exame médico no autor, visando aquilatar as lesões sofridas pelo mesmo.
- e) Após a realização da prova pericial requer a autora a designação da audiência de conciliação e mediação ou a inclusão do feito nos mutirões judiciais promovidos pela Secretaria de Conciliação do TJRN.

Segue os quesitos, devendo o ilustre perito informar:



### **Quesitos:**

- 1- Houve ofensa a integridade corporal ou a saúde da autora? (Resposta especificada)
- 2- Qual o instrumento ou meio que produziu a ofensa?
- 3- Da ofensa resultou perigo de vida?
- 4- Da ofensa resultou debilidade permanente de membro, sentido ou função; perda ou inutilização de membro, sentido ou função; ou deformidade permanente? (Resposta especificada)

### **DAS PROVAS**

Requer o autor como provas, todos os meios admitidos em direito, notadamente, depoimento pessoal do representante legal da ré, sob pena de confissão, testemunhal, documental, **prova documental superveniente e pericial medica, se necessário for.**

### **DO VALOR DA CAUSA**

Dá-se à causa o valor de **R\$ 1.000,00 (Um Mil Reais),**  
**para fins de alçada.**

Termos em que,  
Pede deferimento.

Natal-RN, 24 de Março de 2018.

KIOMA ERIK DOS SANTOS GUILHERME  
OAB-RN 14.340

